

Velhos e novos desenvolvimentismos

Ricardo de Medeiros Carneiro *

Resumo

Na segunda metade dos anos 2000, a retomada do crescimento com distribuição da renda no Brasil e na América do Sul, após o fracasso do neoliberalismo e sua variante suavizada, o Consenso de Washington, ao promover o crescimento econômico e reduzir significativamente a desigualdade social na região, contribuiu para o ressurgimento e atualização de antigos paradigmas de políticas econômicas. A crise financeira global e os impasses do desenvolvimento nas economias centrais deram força, ao menos nos países periféricos, à busca e consolidação desses novos perfis de política econômica. Este artigo propõe-se a examinar como tais mudanças influenciaram o pensamento desenvolvimentista no Brasil, dando origem, no período recente, a novas correntes interpretativas do desenvolvimento brasileiro e suas relações com a estratégia inovadora de desenvolvimento em curso.

Palavras-chave: Brasil; Pensamento econômico; Desenvolvimentismo.

Abstract

New and old developmentalisms

In the second half of the 2000s, there was renewed growth and income distribution in both Brazil specifically and South America in general. This growth followed the failure of neoliberalism (and also of its lighter cousin, the Washington Consensus) to promote economic growth, and more significantly, to reduce social inequality in the region. This all contributed to the rise and reformation of old paradigms of economic policies. The global financial crisis and the challenges to development in the core economies have given strength, at least in the peripheral countries, to the quest for and the consolidation of these new kinds of economic policies. This article aims to examine how these changes have influenced developmentalist thinking in Brazil, and how they have recently given rise to new schools of thought regarding Brazil's development. It also examines the relationship between these schools of thought and the new development strategy that is currently in place.

Keywords: Brazil; Economic thought; Developmentalism.

JEL O10, O11, O14.

Introdução

Na segunda metade dos anos 2000, um conjunto de eventos marcantes, como por exemplo, a retomada do crescimento com distribuição da renda no Brasil e na América do Sul contribuiu para o ressurgimento de antigos paradigmas de políticas econômicas, após mais de duas décadas de hegemonia de políticas de inspiração liberal na região. Desde 2008, a crise financeira global e os impasses do

* Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp (IE/Unicamp) / Diretor-Executivo para o Brasil e Suriname do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington, DC, USA. E-mail: carneirordm@gmail.com.

desenvolvimento nas economias centrais deram força, ao menos nos países periféricos, à busca e consolidação de novos perfis de política econômica.

O fracasso do neoliberalismo e de sua variante suavizada, o Consenso de Washington, ao promover o crescimento econômico e reduzir significativamente a desigualdade social na América Latina, em contraposição à trajetória recente do desenvolvimento na região, também reforçou esse ressurgimento. Por sua vez, as mudanças ocorridas desde os anos 1980, com emergência de novas potências econômicas, mormente dentre os países da Ásia, cujo sucesso esteve apoiado em políticas não liberais, constituíram um importante estímulo à mudança de paradigma na América Latina.

Este artigo propõe-se a examinar como tais mudanças influenciaram o pensamento desenvolvimentista no Brasil, dando origem, no período recente, a novas correntes interpretativas do desenvolvimento brasileiro e novos perfis de políticas econômicas. Para tanto, cabe esclarecer que se entende por desenvolvimentismo não um corpo teórico propriamente dito, mas uma interpretação peculiar do desenvolvimento brasileiro e latino-americano, à qual se associou um conjunto variado de políticas econômicas de natureza intervencionista, portanto antiliberal, mas com matizes muito diferenciadas ao longo de vários momentos históricos e por diferentes países.

O trabalho inicia-se com a recuperação do pensamento desenvolvimentista clássico da escola da Cepal. Em seguida, expõe-se a contribuição da escola da Unicamp e suas principais ramificações, incluindo sua crítica interna. Na última parte, analisam-se as contribuições recentes com destaque para duas principais correntes: o social-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo.

1 O desenvolvimentismo clássico: a Cepal

Qualquer análise sobre a teoria do desenvolvimento periférico e o desenvolvimentismo, parte obrigatoriamente da obra seminal de Raúl Prebisch (1949). No trabalho clássico desenvolvido por ele e seus colaboradores (Cepal, 1949), bem como na Introdução do mesmo Prebisch (1949), o autor faz a crítica à proposta do desenvolvimento fundado nas vantagens comparativas com base na divisão internacional do trabalho então prevalecente, da qual participavam, de um lado, países produtores de bens primários e, de outro, produtores de bens industrializados.

O documento está permeado pela ideia do desenvolvimento desigual das economias, ou seja, a sua ocorrência em ondas históricas que sucessivamente vão incorporando as nações à economia internacional, mas de maneira distinta e assimétrica. A desigualdade ou assimetria ocorre porque as economias incorporadas de maneira retardatária o são de maneira peculiar como periferia. Há um centro

constituído historicamente, do qual se irradia a dinâmica e ao qual são incorporadas de modo parcial, como fornecedoras de matérias-primas e alimentos, as diversas economias periféricas.

Ao discutir o desenvolvimento calcado na referida divisão internacional do trabalho, o documento verifica que os ganhos de produtividade foram substancialmente maiores na indústria ante a atividade primária. Ao constatar, no entanto, que, ao contrário do que sugeria a teoria das vantagens comparativas, isso não se traduziu em uma queda de preços relativos dos bens industriais ante os agrícolas, indicando um bloqueio na propagação do progresso técnico conduzindo à deterioração dos termos de trocas entre os dois grupos de países. Tal deterioração terminava por agudizar, por meio da redução da capacidade para importar, aquela que seria a maior restrição ao desenvolvimento periférico: a restrição de divisas ou, mais propriamente, a restrição externa.

Na identificação dos fatores responsáveis por essa tendência, Prebisch (1949) sugere a importância das estruturas de oferta, como fator crucial. Assim, na economia industrial, os ajustes ao longo do ciclo econômico faziam-se pelas quantidades enquanto nas economias primárias, por meio dos preços. A rigidez de preços industriais ocorreria, em última instância, devido à rigidez salarial tanto pela transmissão dos ganhos de produtividade aos salários nas fases de expansão, quanto pela maior resistência à sua queda nas recessões, em razão da maior organização dos trabalhadores, reflexo do menor excedente de força de trabalho em tais economias. Nos países produtores de bens primários, os preços e salários seriam mais flexíveis, especialmente em razão do excedente estrutural de força de trabalho.

Embora o argumento de Prebisch (1949) esteja restrito à flexibilidade dos salários e ao excedente de força de trabalho, ele pode facilmente ser derivado para aspectos mais amplos da estrutura produtiva. A maior propensão ao barateamento de preços dos bens primários pode ser explicada por razões técnicas, associadas à disseminação das tecnologias e às baixas escalas de produção, implicando menores barreiras à entrada, o que geraria uma tendência recorrente à superprodução. Assim, haveria um amplo potencial produtivo, medido pelo excedente de força de trabalho, disponibilidade de recursos naturais e técnicas disseminadas que poderiam ser utilizados para ampliar a oferta. No setor industrial, ocorreria o oposto, vale dizer, oferta restrita de mão de obra e técnicas relativamente monopolizadas.

Ao contestar a tese de que o subdesenvolvimento poderia ser superado até por meio do aprofundamento da divisão internacional do trabalho com maior especialização na produção de bens primários, em Cepal (1949) e Prebisch (1949), o autor levanta alguns elementos para sua caracterização adicional pela ótica da hierarquia dos setores produtivos. Assim, a expansão da indústria seria capaz de criar os mercados para si, mas o contrário não seria verdadeiro, tendo o setor primário que

depende dos mercados criados pela indústria ou, em sua inexistência, pelos oriundos da demanda externa.

O argumento vai, então, além da postulação de que os mercados para bens agrícolas cresceriam a um ritmo inferior ao dos mercados para bens industriais, como decorrência das distintas elasticidades-renda da demanda. Ele ressalta a maior extensão das cadeias produtivas da atividade industrial e seu potencial mais elevado de ulterior diversificação por meio da criação de novos produtos, *vis-à-vis* o baixo potencial das atividades primárias, tanto no que tange ao valor adicionado quanto à criação de novos produtos. Ademais, em contraposição ao setor primário, a indústria, pela sua forma de organização da força de trabalho e utilização de tecnologias e aparatos mecânicos – modernamente, mecatrônicos – seria o *locus* privilegiado do progresso técnico.

Além do menor dinamismo das atividades primárias ante as industriais, os países exportadores desses bens defrontar-se-iam com uma restrição irremovível ao crescimento por conta da deterioração dos termos de intercâmbio: esta última daria caráter recorrente à restrição externa por meio do declínio da capacidade para importar. No fundo, a tese defendida por Prebisch é a da impossibilidade de alcançar o desenvolvimento por meio do padrão *hacia fuera* baseado na exportação de bens primários e cuja variável dinâmica é a demanda externa. A todo o momento, contrapõe a ele um outro paradigma, o dos países centrais, baseados na indústria, no progresso técnico e na capacidade de ambos de dinamizarem a demanda.

A interpretação cepalina do desenvolvimento ou, em particular, do subdesenvolvimento, aprofunda-se na obra de Celso Furtado. Em seus trabalhos, (como, por exemplo, Furtado (1961)), aparece também a ideia do subdesenvolvimento como uma situação historicamente determinada, não como uma etapa necessária do desenvolvimento econômico. Sua contribuição original dentro da escola cepalina está associada à discussão da continuidade do subdesenvolvimento, mesmo quando as economias periféricas superam a clássica divisão do trabalho como produtoras de bens primários e adentram o estágio do desenvolvimento *hacia dentro* por meio da industrialização.

Segundo o autor, as economias periféricas constituem-se enquanto desdobramento das economias centrais, a partir da instalação de um núcleo industrial no centro, por meio da produção e fornecimento de matérias-primas e alimentos. A atividade econômica em tais economias dependeria desse centro de várias maneiras. Em uma situação extrema, quando ela se realizasse com capitais estrangeiros, o único fator de dinamismo interno seria a massa de salários. Parte do resultado da atividade econômica, talvez a mais importante, relativa ao lucro, não permaneceria nas economias periféricas e, mesmo que isso não ocorresse, quando os capitais fossem nacionais, tais economias, em razão da especialização e estreiteza de seus mercados,

ainda dependeriam fundamentalmente da demanda externa como variável chave do crescimento.

No que tange aos fatores dinâmicos ou determinantes do crescimento, a distinção entre economias centrais e periféricas seria crucial. Nas primeiras, os aspectos associadas à oferta, em particular ao progresso técnico, responderiam pelo dinamismo. Já nas segundas, as forças da demanda seriam mais relevantes. Em um primeiro momento, a demanda externa por bens primários e, em segundo, em situações de restrição à capacidade para importar, a demanda insatisfeita por importações. Essa distinção é crucial porque os países periféricos, por não possuírem um núcleo industrial relevante, com autonomia tecnológica, dependeriam permanentemente da trajetória da demanda e, mais ainda, da demanda externa na determinação da sua expansão, contrastando com o papel do progresso técnico e da oferta nos países centrais.

Olhando o mesmo processo por outro ângulo, Furtado (1992) ressalta, no âmbito do capitalismo desenvolvido, a centralidade do processo de incorporação e difusão de novas técnicas como determinante do aumento da capacidade de produção e da produtividade. Essa produção ampliada, por sua vez, poderia ser absorvida pelo aumento do investimento, do consumo quando parte dos ganhos de produtividade é transferida aos salários, daí, a importância atribuída por Furtado à distribuição da renda, pelo investimento no exterior e pelo gasto público. Estes dois últimos seriam, ainda, importantes fatores de absorção da parcela relativa aos lucros.

A forma pela qual, nas economias desenvolvidas, o excedente foi absorvido – em uma ou mais das categorias de demanda efetiva: consumo, investimento induzido, investimento externo ou gasto público – definiu padrões de desenvolvimento distintos.

O autor não descarta o investimento induzido – efeito acelerador – como fonte importante de absorção da produção ampliada, mormente quando das ondas de inovação tecnológica. Ele, contudo, utiliza-se de modo implícito da ideia presente nos modelos keynesianos de crescimento, de que o investimento, ao criar nova capacidade produtiva, amplia ao mesmo tempo a oferta, levando ao aumento prospectivo da ociosidade e a problemas de realização da produção que só podem ser solucionados pelos “mercados externos”. A piora da distribuição da renda como declínio da participação dos salários na renda nacional, por conta de tecnologias poupadoras de mão de obra, acentuaria o problema.

No contexto explicitado acima, o subdesenvolvimento é visto como uma disseminação parcial ou bloqueada do progresso técnico. No âmbito produtivo, por seu caráter restrito, abarcando um número pequeno de atividades ou setores ligados à exportação de bens primários ou uma indústria pouco expressiva. Também, porque características peculiares desses países, como a oferta ilimitada de força de trabalho,

limitariam a transmissão dos ganhos de produtividade aos salários, restringindo ainda mais, *vis-à-vis*, o capitalismo central, o crescimento do mercado interno.

A contribuição de Furtado destaca ainda a assimilação desigual do progresso técnico nas economias periféricas, mesmo naquelas que lograram algum grau de industrialização e este progresso seria menos disseminado nas estruturas produtivas comparativamente aos estilos de vida e de consumo. Isso, na verdade, só seria possível em economias primário-exportadoras articuladas a um centro desenvolvido dos quais se absorveria a segunda dimensão, o estilo de vida, pelas camadas de alta renda e o consumo de bens de luxo importados. No plano produtivo, a realidade era a de técnicas atrasadas ou restritas a poucos setores, sem capacidade de engendrar surtos de inovações ou progresso técnico, massa de salários limitada pelo excedente de força de trabalho e concentração da renda com poucos efeitos dinamizadores sobre a economia doméstica.

A industrialização por substituição de importações, como etapa superior do desenvolvimento periférico, desencadeada como resposta ao estrangulamento externo e como a alternativa, portanto, para atender uma demanda insatisfeita por bens de consumo, implicava a substituição da demanda externa pela doméstica ou, em suas palavras, no “deslocamento do centro dinâmico”. A economia deixava de ter nas exportações sua variável chave de impulso autônomo que agora passava a ser a demanda doméstica. Essa última seria constituída, em primeira instância, pela demanda insatisfeita por bens de consumo antes importados e, em segunda, pela massa de salários pagos na economia e pelo investimento induzido.

Sob o ponto de vista dinâmico, a utilização de técnicas inadequadas, definidas pelo estado das artes no “centro”, intensivas em capital e poupadoras de mão de obra, limitariam os efeitos multiplicadores sobre o mercado interno, por conta dos elevados requisitos de capital e baixo impacto no emprego. A oferta ilimitada de força de trabalho, por sua vez, limitaria a transferência dos ganhos de produtividade aos salários. Conforme explicitado em Furtado (1969), tais restrições ao processo de desenvolvimento agravar-se-iam à medida que a substituição de importações avançava na internalização da produção de bens de maior valor unitário, os duráveis, nos quais a demanda já era de partida mais restrita. O resultado seria uma tendência à estagnação das economias com as citadas características.

Um dos pontos altos do pensamento desenvolvimentista e que marca sua transição para paradigmas teóricos distintos da abordagem cepalina clássica é a crítica de Tavares e Serra (1970) à tese estagnacionista de Furtado. Em sua essência, a crítica postula que a interpretação de Furtado, por estar ancorada em pressupostos teóricos insuficientes, v.g. a teoria neoclássica, teria sido induzida a confundir a crise cíclica na qual estava imersa a economia brasileira e várias economias latino-americanas, com um processo de estagnação permanente ou secular.

Para os autores, a variável central no argumento de Furtado (1969) é a relação produto-capital marginal e seu necessário declínio em razão das características do processo de substituição de importações. Como primeira crítica, assinalam que essa variável de natureza tecnológica é apenas um resultado *ex-post* do processo de crescimento e não se confunde com a verdadeira motivação do investimento, isto é, a eficiência marginal do capital, uma variável *ex-ante* e, portanto, expectacional.

Questionam, também, a inevitabilidade da queda de tal relação à luz da natureza do progresso técnico. Assim, no argumento de Furtado, as técnicas de produção avançadas utilizadas na indústria de bens de consumo durável exigiriam maior dotação de capital por trabalhador, ou seja, maior relação trabalho capital, decorrendo, daí, o declínio da relação produto-capital marginal. Para Tavares e Serra (1970), isso não seria necessariamente verdadeiro e dependeria da intensidade do progresso técnico ou do aumento da produtividade do trabalho cujo aumento poderia assegurar a lucratividade dos investimentos. Isso significa que a relação produto-capital só cairia, arrastando a lucratividade e o crescimento, se o aumento da produtividade fosse menor do que o incremento da dotação de capital por trabalhador. Em termos formais, têm-se:

$\Delta P/\Delta K = p$ = relação produto capital marginal

$\Delta P/\Delta T = t$ = produtividade marginal do trabalho

$\Delta K/\Delta T = k$ = dotação marginal de capital por trabalhador.

Como, $p = t/k$, para que p caia, t deve crescer menos do que k .

Além do argumento formal acima, a crítica avança para aspectos histórico-concretos da dinâmica da economia brasileira nos anos 1960. Os autores admitem que a economia brasileira vivia durante o período uma crise cíclica, resultante em boa medida do *boom* de investimento do período do Plano de Metas e que havia conduzido a um nível de ociosidade expressivo na indústria ou, nos termos de Furtado, a um incremento da relação produto-capital. A ocupação dessa capacidade ociosa estaria obstaculizada por dois fatores distintos: i) insuficiência de consumo decorrente da extrema concentração da renda em detrimento inclusive dos grupos médios, ii) indisponibilidade de financiamento, a rigor de poupança, para novos projetos de investimento.

A ociosidade elevada e insuficiência da demanda foram resolvidas de forma peculiar no âmbito das reformas promovidas pela ditadura militar, como decorrência do grau de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo brasileiro o qual lhe conferia autonomia para que os estímulos pudessem ser buscados no plano doméstico. Sob tal ponto de vista, a reconcentração da distribuição funcional e pessoal da renda desempenhou um papel crucial. A pessoal, por ter permitido criar a demanda

necessária para dinamizar o setor de bens de consumo duráveis. A funcional, por criar condições para o autofinanciamento parcial do investimento. Essa última mudança, junto à reformulação da estrutura tributária e do sistema financeiro (a primeira, com seu impacto positivo no gasto público e a segunda, no financiamento privado), criaram as condições adicionais para a retomada do investimento, uma vez ocupada a capacidade ociosa.

2 o Desenvolvimentismo crítico: a escola da Unicamp

A escola da Unicamp é reconhecida como herdeira do pensamento cepalino, mas, ao mesmo tempo, propõe-se a superá-lo por meio de uma abordagem fundada em outras vertentes teóricas, particularmente o marxismo e suas derivações contemporâneas. Reconhece sua relevância e limitações, pretendendo nas palavras de Cardoso de Mello (1982) “repensar a história latino-americana como formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista”.

A problemática dos autores da Escola da Unicamp é a do desenvolvimento capitalista entendido, tal qual na Cepal, como industrialização, embora caracterizado a partir de outro aparato teórico, como desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Por sua vez, esse desenvolvimento ou industrialização é pensado como sendo específico, por conta de seu ponto de partida – as economias exportadoras capitalistas – e pelo momento histórico no qual se realiza o da etapa monopolista do desenvolvimento do capitalismo em geral. Aqui, cabe já destacar que, embora tal análise irá revelar-se mais precisa, ela compartilha com o pensamento da Cepal duas concepções básicas: i) a de entender desenvolvimento como industrialização; ii) a de caracterizar o desenvolvimento como específico periférico, retardatário ou tardio, em razão do momento histórico em que ocorre.

A constituição de forças produtivas tem um significado específico nessa interpretação, o de industrialização pesada. Desde logo, ela é vista como a culminação do processo de desenvolvimento capitalista e a análise dos condicionantes históricos que permitam alcançá-la ou não, constitui o foco da abordagem. Para Tavares (1985), a industrialização pesada conferiria ao capitalismo, incluindo o brasileiro, a autodeterminação do processo de desenvolvimento, o que teria como contraparte a autonomia completa ante a demanda do exterior e, inclusive, a superação da restrição externa, entendida como o limite ao crescimento imposto pela limitação na capacidade para importar. Esta superação suporia, por um lado, a implantação de um significativo setor produtor de meios de produção na economia, por outro lado, que o investimento autônomo passasse a ser a variável dinâmica por excelência do crescimento. Constituem-se enquanto desdobramento das economias centrais, a partir da instalação de um núcleo industrial no centro, por meio da produção e fornecimento de matérias-primas e alimentos. A atividade econômica em tais economias dependeria desse centro de várias maneiras. Em uma situação

extrema, quando ela se realizasse com capitais estrangeiros, o único fator de dinamismo interno seria a massa de salários. Parte do resultado da atividade econômica, talvez a mais importante, relativa ao lucro, não permaneceria nas economias periféricas e, mesmo que isso não ocorresse, quando os capitais fossem nacionais, tais economias, em razão da especialização e estreiteza

Em Cardoso de Mello (1982), a constituição de forças produtivas especificamente capitalistas é também associada à industrialização pesada e à constituição das bases técnicas do capitalismo, que permitem à acumulação de capital libertar-se de diversos tipos de constrangimentos, seja o da demanda corrente, a restrição externa ou, eventualmente, a escassez de força de trabalho. O autor associa, ademais, a industrialização pesada ao conceito de salto tecnológico, compreendendo a diferenciação da estrutura produtiva com a implantação de novos setores e sua capacidade de crescer desconectado da demanda prévia, pelos efeitos de encadeamento do novo bloco de inversões, ou seja, destaca o papel do investimento autônomo como variável dinâmica. O conceito de industrialização pesada, portanto, supõe não só certa configuração produtiva com a presença decisiva do setor produtor de meios de produção (D I), como também a dominância do investimento autônomo como variável propulsora do crescimento.

Comparando tal interpretação com a da Cepal, mormente a de Furtado (1970), cabe assinalar uma convergência existente entre elas, na medida em que o último autor citado, a partir de outro aparato analítico de inspiração keynesiana, também trata a industrialização como um processo de desenvolvimento no qual a indústria, por meio da diversificação, é capaz de autogerar seus mercados, independizando-o da demanda externa. A construção analítica da escola da Unicamp permite, todavia, ir além e diferenciar os vários tipos de fatores dinâmicos e, sobretudo, distinguir entre investimento induzido e autônomo.

Os limites ao desenvolvimento capitalista são vistos nessa abordagem como sinônimos dos limites à industrialização. Sob tal ponto de vista, uma pergunta crucial é a referente a seus obstáculos. A questão pode ser expressa como a dos limites à realização da industrialização pesada ou mais propriamente a dos obstáculos quanto à implantação. A resposta considera duas ordens de fatores: i) domésticos, relativos à configuração da economia nacional (o ponto de partida da industrialização); ii) externos, referentes ao momento histórico de desenvolvimento.

No primeiro caso, destaca-se a magnitude dos capitais locais e sua vinculação a atividades de menor densidade de capital e complexidade tecnológica, portanto, de menor risco e maior rentabilidade. Por sua vez, as escalas de produção, sofisticação e controle tecnológicos da indústria pesada eram definidos por um padrão de concorrência intercapitalista que já supunha, nas economias centrais, um elevado grau de concentração e monopolização. Nessas circunstâncias, implantar a

indústria pesada era um processo necessariamente descontínuo e exigiria grau elevado de intervenção extraeconômica como, por exemplo, papel decisivo do Estado e um contexto internacional favorável, sobretudo um padrão de concorrência intercapitalista compatível com a migração de investimentos para a periferia ou a transferência maciça de tecnologia por mecanismos de cooperação.

Tanto Tavares (1985) quanto Cardoso de Mello (1982) ressaltam que as experiências históricas de industrialização pesada não se deram a partir da diferenciação da estrutura industrial existente, mas caracterizaram-se por verdadeiras descontinuidades, com a introdução de novos setores, escalas ampliadas de produção. Em geral, contaram com o decisivo apoio e participação dos estados nacionais.

O tema é retomado por Coutinho e Belluzzo (1982), para quem, sob o ponto de vista da periferia capitalista, o processo de industrialização no pós-guerra é visto como caracterizado, em especial, pela difusão do segmento de bens de consumo durável. Essa difusão, para ser viável, exigiu em graus variados a expansão da infraestrutura e do setor produtor de meios de produção. A última tarefa demandaria necessariamente uma participação decisiva, direta e indireta, do Estado. Em razão das escalas de produção envolvidas e dos requerimentos de centralização do capital, haveria necessidade tanto do apoio ao setor privado nacional quanto da criação de empresas estatais¹.

Os variados papéis desempenhados pelo Estado na articulação dos blocos de capitais, na centralização do capital por meio do apoio à empresa privada nacional ou na criação de empresas estatais e, ainda, na arbitragem dos interesses do capital externo, conferiu-lhes uma função crucial na industrialização durante a etapa pesada, a de articulador do investimento autônomo ou descontínuo.

Ainda de acordo com Coutinho e Belluzzo (1982), nesse padrão de industrialização, o setor de meios de produção, amplamente dominado pelo capital multinacional, termina por constituir-se em um obstáculo ao desenvolvimento nacional. Por conta da estrutura hierarquizada das empresas multinacionais e da centralidade das matrizes, a geração de progresso tecnológico não seria disseminada para a periferia. O mecanismo de expansão capitalista fundado no investimento autônomo e no progresso técnico estaria sob tal ponto de vista, bloqueado, restringindo-se aos momentos de diferenciação da estrutura produtiva e implantação de novos setores.

Outro tema relevante para o desenvolvimento capitalista no Brasil, tratado, mas de maneira menos aprofundada na escola da Unicamp, é o das finanças, de suas

(1) Olhando a questão sob outra perspectiva, Lessa e Dain (1982) enxergam outro papel crucial do Estado no desenvolvimento brasileiro, o da conciliação de interesses entre o capital mercantil, predominantemente nacional e o capital industrial, predominantemente multinacional. O Estado seria, assim, o fiador do pacto entre as várias órbitas ou frações do capital envolvidos no processo de desenvolvimento brasileiro.

articulações e condicionantes ao processo de acumulação. Em seu trabalho original, ao discutir os limites à industrialização pesada nos anos 1930, Cardoso de Mello (1982) chama a atenção para os requerimentos de capital necessários para implantá-la, em razão das escalas de produção e sua incompatibilidade com os graus de concentração e centralização de capitais existentes no país. Depois, no trabalho de Tavares (1998), aparece mais explicitamente a tese das finanças como bloqueio ao processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

De acordo com essa autora, as finanças condicionariam o processo de desenvolvimento por meio de dois aspectos: i) a atrofia do capital financeiro; ii) a síndrome da liquidez. Na primeira dimensão, destaca a incapacidade do sistema financeiro em aglutinar ou centralizar massas de capital dinheiro e, a partir de tal centralização, comandar o processo de acumulação. Reconhece que isso foi feito parcialmente por meio do Estado, mas de forma passiva, ou seja, sem comando ou controle da propriedade.

No que tange à síndrome da liquidez, afirma que por razões variadas, tais como inflação e instabilidade macroeconômica, sempre houve, por parte dos poupadores, uma preferência por títulos de curto prazo, impedindo a formação de taxas de juros de longo prazo, dificultando, assim, o desenvolvimento da intermediação financeira necessária para dar suporte ao financiamento da acumulação. Consideradas em todas as suas consequências, tais características limitariam o papel do investimento autônomo no capitalismo brasileiro, restringindo-o pela ótica dos “avanços” de capital.

Com base na abordagem teórica citada, os autores desenvolvem uma periodização para o processo de desenvolvimento da economia brasileira, durante o período da industrialização, utilizando para tanto um esquema analítico inspirado nas equações marxistas de reprodução em sua atualização kaleckiana. Especificam um primeiro período pré-industrialização, cuja dinâmica é definida pela interação entre dois setores: o mercantil-cafeeiro, hegemônico e o industrial, subordinado. A subordinação desse último viria tanto da dependência em relação aos mercados criados pelo primeiro – principalmente pela massa de salários – quanto pela capacidade para importar os meios de produção necessários à reprodução ampliada, na inexistência de uma indústria produtora de meios de produção.

Nessa fase, a variável dinâmica ou autônoma, responsável pelo crescimento, é a demanda externa, secundada pelo investimento induzido no setor cafeeiro. Tal setor, por meio da criação de um mercado de bens-salário, também induz a expansão do setor industrial que depende do primeiro duplamente, tanto pelos mercados correntes como pela criação da capacidade para importar, gerada pelas exportações de café.

Um segundo período é denominado de industrialização restringida durante o qual o setor industrial ganha autonomia ante o mercantil-cafeeiro e capacidade de liderar o crescimento, porém de forma condicional. As dimensões alcançadas pelo setor industrial fazem com que sua expansão crie os mercados ou a demanda que justificariam a ampliação da produção corrente do investimento. Significa que seu tamanho e diversificação definiriam elevados efeitos multiplicadores combinados com significativo efeito acelerador decorrente do investimento induzido. É claro que, em um primeiro momento, os mercados adicionais oriundos do colapso da capacidade para importar decorrentes da crise de 1929 foram cruciais para explicar o impulso inicial, autônomo, ao setor industrial.

Esse período da industrialização tem algumas limitações estabelecidas, em última instância, pela capacidade para importar, isto é, como não se havia implantado uma indústria de meios de produção suficientemente diversificada, a reprodução do sistema dependia ainda do setor exportador ou de sua capacidade de criar divisas. Sob tal ponto de vista, a industrialização pode ser denominada de restringida. É este período da industrialização brasileira e latino-americana, marcado por sucessivos estrangulamentos externos e pela redução absoluta na capacidade para importar que, segundo Tavares (1985), pode ser rigorosamente caracterizado como de industrialização por substituição de importações.

A autonomia ou autodeterminação do processo de desenvolvimento capitalista viria somente com a industrialização pesada e, assim, em vários sentidos. A diversificação da indústria com a incorporação do setor produtor de meios de produção permitiria tornar a economia independente da capacidade para importar criada pelo setor exportador e converteria o investimento autônomo em força motriz do crescimento. Assim, a economia brasileira, enquanto economia periférica, não se diferenciaria mais das economias centrais em sua capacidade de crescer pela autogeração da demanda fundada no papel do investimento autônomo movido pelo progresso técnico. No caso, o progresso brasileiro e o periférico assumiriam a forma de introdução de novos setores, aproximando a estrutura produtiva daquela existente nos países centrais, o *catching up*.

Em vários textos, autores da escola da Unicamp alertam para as especificidades desse capitalismo. Tavares (1985), por exemplo, embora afirmando que a internalização do DI conferiria ao capitalismo brasileiro características similares às dos países desenvolvidos, em sua trajetória cíclica, assinala uma especificidade na sua dinâmica que estaria fundada no peso significativo do Estado e do capital estrangeiro na determinação do investimento autônomo.

Em texto posterior, Tavares e Belluzzo (1982) reveem parcialmente a proposição da autodeterminação e da autonomia do capitalismo brasileiro, no que tange às suas forças dinâmicas, ao afirmarem que o crescimento dos setores líderes

seria inerentemente instável por conta de seu pequeno peso relativo no gasto /investimento e no produto. Isso significa que a demanda interindustrial, oriunda dos efeitos multiplicadores, aceleradores e do investimento autônomo, não seria capaz de sustentar o dinamismo do setor industrial e da economia.

A revisão, todavia, é parcial, pois o que está em questão é o tamanho relativo do DI na economia brasileira e em sua estrutura industrial. Não se tratava, portanto, de reeditar a tese da crucialidade da demanda e da restrição externas como fatores essenciais e restritivos do crescimento. No caso particular da restrição externa, os autores alertavam para a sua irrelevância diante do que denominavam de “financiamento automático” da necessidade de divisas, no que tange ao investimento, por meio do IDE ou do crédito de fornecedores.

Na análise da dinâmica do capitalismo brasileiro, os autores chamam a atenção para a distinção do papel do investimento em sua dimensão autônoma, quando da montagem dos novos setores ante aquela induzida, relativa ao efeito acelerador propriamente dito. Na primeira, o bloco de inversões produziria, em seu conjunto, uma dinamização da economia, ou seja, a demanda interindustrial criaria os mercados ou a demanda para sustentar a expansão. O investimento induzido, contudo, em razão das características apontadas acima, *i.e.*, pequeno peso relativo do DI, não teria capacidade de sustentar a criação de demanda para dinamizar o conjunto da economia. Sob esse ponto de vista, a economia dependeria dos mercados externos à indústria para seu crescimento e teria um perfil cíclico mais acentuado.

Ao detalhar o argumento, Tavares e Belluzzo (1982) assinalam as peculiaridades do DI no Brasil. Como apontado, um problema de natureza geral seria o menor peso relativo desse departamento e o vazamento parcial para o exterior do impacto do investimento. Por sua vez, o subsegmento de este setor que produz meios de produção para a indústria pesada e a infraestrutura seria mais dinâmico, pois sua trajetória estaria associada aos investimentos articulados nos novos blocos de inversão. Já o segmento do DI que produziria para manter o setor produtor de bens de consumo teria uma trajetória bem mais instável. Nesse caso, a razão era dupla: no segmento de bens duráveis, a trajetória seria acentuadamente cíclica a despeito de sua demanda configurar-se de forma autônoma ante a renda, por conta do crédito. A manifestação de tal demanda teria caráter necessariamente discreto no tempo, incluindo fases de saturação.

Outro aspecto do problema refere-se à desconexão da trajetória do setor produtor de bens de consumo para assalariados daquela do DI. No paradigma teórico das equações de reprodução, o determinante essencial da trajetória do primeiro, dado o investimento e consumo capitalista, é a distribuição funcional da renda, ou seja, a massa salarial. Essa última, por conta do tamanho menor da indústria na economia brasileira e dos salários relativamente mais baixos, dependeria muito mais da taxa de

urbanização e da evolução das atividades mercantis do que da massa salarial da indústria.

Dado que o emprego industrial cresceu a taxas elevadíssimas durante o processo de industrialização, como analisado por Salm e Silva (1987), superando a dos demais setores, a questão anterior remete muito mais aos salários propriamente ditos, à distribuição de renda e a seu papel na explicação do dinamismo da economia brasileira durante o processo. Os ensaios da escola da Unicamp procuraram demonstrar, aliás, corretamente, que seria e foi possível realizar um processo de desenvolvimento capitalista em simultâneo com a concentração da distribuição da renda, sem que isso o tivesse inviabilizado. O que se propõe em tais análises é uma separação radical entre as duas questões, demonstrando que a melhoria da última, embora defensável sob vários pontos de vista, não estabelece restrições ou condicionalidades significativas sobre o dinamismo do primeiro.

O tema é retomado no ensaio de Cardoso de Mello e Belluzzo (1982), em que discutem um período particular da economia brasileira, o do “milagre econômico” de 1968/73. A tese geral, coerente com os princípios teóricos de base marxista-kaleckiana, é a de que o setor que produz bens de consumo para assalariados, portanto para o consumo das massas, tem caráter subordinado no capitalismo, ou seja, depende da trajetória dos setores produtores de meios de produção e consumo capitalista, DI e DII, respectivamente. Assim, dada a taxa de salário da economia, a expansão desses dois setores – que ocorre a partir do gasto autônomo de investimento e de consumo – define o emprego, a massa de salários e os limites da expansão do DIII.

Ao analisarem concretamente o período, destacam que o setor dinâmico por excelência foi o DII (consumo capitalista), que associam ao segmento produtor de bens de consumo durável. De acordo com os autores citados, a liderança do crescimento por meio desse setor exigiu uma reconcentração da renda, ou seja, a contenção dos salários de base para permitir o aumento mais rápido dos salários mais altos, dos quais derivaria uma demanda mais intensa por bens duráveis. O argumento assenta-se na concepção de que o consumo de bens duráveis somente seria acessível a uma pequena parcela da sociedade brasileira, por conta de seu valor unitário mais alto e do nível de renda médio da população.

A tese é questionável em um de seus aspectos: embora a limitação absoluta do mercado – por conta do nível de renda *vis-à-vis* o alto valor unitário dos bens – seja um fato econômico significativo e possa limitar o crescimento do setor de duráveis, não se deduz daí que a reconcentração da renda seja fator decisivo para assegurar sua expansão. Isso porque a demanda do setor tem um componente autônomo crucial, dependente diretamente do crédito e não da renda corrente. O

argumento deveria, portanto, estabelecer que a reconcentração da renda foi uma condição essencial para o acesso e expansão do crédito.

A especificidade do “milagre brasileiro” residiria, assim, na liderança do setor de duráveis, uma solução paliativa e temporária para os problemas da realização dinâmica, ou seja, para o descompasso entre o crescimento da demanda e a capacidade de acumulação e a consequente ampliação dos níveis de capacidade ociosa. A reconcentração da renda seria um elemento essencial para dar maior intensidade à demanda pela via do consumo de duráveis e prolongar o dinamismo. Pode-se questionar essa interpretação por valorizar excessivamente os efeitos correntes do processo de reconcentração da renda, desprezando o caráter autônomo da demanda por bens duráveis, alavancada pelo crédito, circunscrevendo o debate à contraposição, criada por tal concentração, entre o dinamismo aumentado do DII, *vis-à-vis* aquele reduzido no DIII.

A pergunta sobre os motivos de o crescimento do período não ter sido liderado pela indústria pesada de meios de produção, o DI, (expressão maior da autodeterminação do desenvolvimento capitalista), tem uma resposta pouco satisfatória: a de seu baixo encadeamento via massa de salários, com o setor de duráveis (DII). Sugere-se, portanto, que maior dinamismo seria obtido reproduzindo o padrão observado no Plano de Metas, que combinou a expansão da indústria pesada com a de bens de consumo assalariado.

Por fim, a tese reconhece de modo implícito que a autodeterminação do crescimento por meio da indústria pesada não estaria assegurada. Sem mencionar explicitamente, atribui os percalços de expansão e liderança do DI a problemas de duas ordens: i) a articulação DI/DI, a expansão autônoma estaria obstaculizada por restrições de financiamento; ii) no segmento DI/DII pela desconexões e vazamento da demanda para o exterior e pelas escalas de produção e disponibilidade de tecnologia o que ocorreria também, em menor magnitude, na articulação DI/DIII.

Tudo isso sugere que a autodeterminação do desenvolvimento capitalista no Brasil, entendido como a proeminência do investimento autônomo, só ocorreria em momentos particulares nos quais se realizava uma grande diversificação da estrutura produtiva, como no Plano de Metas ou no II PND. Em tais momentos, o investimento autônomo inicial associado aos efeitos multiplicadores e aceleradores posteriores (investimento induzido) foi capaz de assegurar dinamismo ao capitalismo brasileiro, mas o último, pelas várias razões apontadas configurou-se em um ciclo de expansão relativamente curto. As dificuldades do financiamento de longo prazo e sua dependência do endividamento externo constituem outro aspecto pouco desenvolvido nas abordagens originais. Isso realça a fragilidade da ideia de autonomia ou autodeterminação do capitalismo brasileiro. Por sua vez, embora o caráter subordinado do DIII e da distribuição de renda constitua uma contribuição original, a

questão é pouco aprofundada dada sua relevância para entender a dinâmica do desenvolvimento brasileiro e os padrões particulares do citado desenvolvimento.

Uma contribuição que se propõe a dar respostas a algumas das questões relativas ao financiamento do desenvolvimento brasileiro e os problemas por ele colocados é a de Cruz, (1984). Segundo ele, durante o período da industrialização, a despeito das grandes transformações produtivas, não se desenvolveu paralelamente um sistema de financiamento de longo prazo. Pergunta-se como foi possível financiar a indústria pesada na ausência de um sistema doméstico de financiamento de longo prazo. Na verdade, a pergunta deveria ser outra, isto é, como foi possível financiar o investimento autônomo na ausência de um sistema de financiamento compatível. De qualquer modo, a pergunta é pertinente, pois discute de outra perspectiva, a do financiamento, a questão da restrição externa e autonomia do desenvolvimento.

Uma primeira tentativa de resposta à questão sublinha o plano microeconômico e, mais particularmente, o das estruturas de mercado e da propriedade. Por um lado, destaca as elevadas margens de lucro decorrentes da oligopolização potenciada pelo protecionismo, como responsável por alto grau de autofinanciamento das empresas. Por outro lado, ressalta a presença significativa de empresas multinacionais e estatais na estrutura industrial brasileira, portanto, da relevância de seus esquemas internacionais e parafiscais de financiamento. No segundo caso, a tese parece ser bastante pertinente; já no primeiro, nem tanto, porque, embora o autofinanciamento possa ter desempenhado papel relevante na superação da atrofia do sistema financeiro, ele tem pouca importância direta para o financiamento do investimento autônomo. O essencial nesse caso é a possibilidade de dispensar a poupança prévia, ou seja, os lucros retidos. De qualquer modo, o autofinanciamento tem implicações sobre o estabelecimento das margens de lucro ampliadas das empresas, com importantes consequências inflacionárias e distributivas.

Os dois outros aspectos mencionados por Cruz (1984) – o financiamento externo e aquele com recursos fiscais e parafiscais – são cruciais para o financiamento da expansão da indústria pesada, particularmente do investimento autônomo. O autor, no entanto, deduz daí uma propensão intrínseca ao sobre-endividamento externo e a desequilíbrios fiscais quando, na verdade, essas eram apenas possibilidades abertas pelo padrão de financiamento da economia brasileira. Assim, em circunstâncias nas quais se realizou a industrialização brasileira, sobretudo no que diz respeito à necessidade de centralização do capital ante as escalas de produção, dificilmente se lograria financiar o investimento autônomo com base em esquemas domésticos privados de financiamento. Por sua vez, tem razão o autor ao apontar os desequilíbrios que daí decorreram, pois eles eram uma possibilidade concreta e as escolhas de políticas equivocadas a eles conduziram.

3 A crítica ao desenvolvimento

A estratégia desenvolvimentista e as práticas de política econômica correspondentes por meio do nacional-desenvolvimentismo sofreram sérios reveses após os anos 1980. Fatores objetivos e ideológicos tiveram peso nesse declínio que durou ao menos vinte anos. Em primeiro lugar, houve a crise da dívida que sintetiza, na verdade, a derrocada do padrão de crescimento nacional-desenvolvimentista. Deu-se, então, ensejo ao ressurgimento das ideias liberais e de suas práticas de política econômica, resumidas no Consenso de Washington. Isso ocorre em simultâneo a mudanças profundas no padrão de organização capitalista sintetizadas na liberalização e globalização financeiras.

Nesse contexto mais amplo, cabe destaque às críticas ao nacional-desenvolvimentismo como, por exemplo, aquelas expressas em documento do Banco Mundial BIRD (1991), no qual se critica principalmente o excesso de intervenção estatal nos processos de desenvolvimento da periferia, em particular, na América Latina. A principal objeção do documento é à estratégia de desenvolvimento com base na industrialização por substituição de importações, ou seja, com proteção à indústria nascente e financiada por taxação, implícita ou explícita, do setor primário.

O ponto essencial destacado no documento é a utilização do protecionismo como forma de viabilizar a indústria nascente e a distorção de preços daí decorrente. Isso levaria à má alocação de recursos, em desacordo com as vantagens comparativas, e à perda de eficiência. Ao realizar tal crítica, o documento assume claramente a tese de que os ganhos de produtividade que constituem a essência do desenvolvimento econômico estariam associados ao bom funcionamento do sistema de preços, ou seja, a boa alocação de recursos seria uma prerrogativa essencial dos mercados livres e da concorrência.

O paradigma *market friendly* proposto no documento não descarta a intervenção do Estado, mas define bem seu caráter complementar e essencialmente regulatório, isto é, direcionado para garantir e viabilizar o melhor funcionamento do mercado. Como todas as interpretações de sua linhagem, o documento fica em dificuldades para explicar o sucesso do modelo de desenvolvimento do Sudeste asiático comprovadamente intervencionista.

Uma síntese de propostas de políticas para o desenvolvimento da periferia e da América Latina, em particular, foi coligida por Williamson (2004) e caracterizada como o Consenso de Washington. Essa estratégia de desenvolvimento de inspiração liberal constituiu-se na verdade das concepções das instituições multilaterais, como FMI e BIRD e dos órgãos do governo americano afeitos ao assunto. As recomendações seguiam a orientação geral da liberalização com ampliação do papel do mercado e da concorrência e do encolhimento do papel do Estado. Seus dez pontos eram: disciplina fiscal, reordenamento das prioridades da despesa pública,

reforma tributária, liberalização das taxas de juros, taxa de câmbio competitiva, abertura comercial, liberalização do IDE (*inward*), privatização, desregulação, garantias do direito de propriedade.

No que tange à dimensão fiscal, o Consenso era animado pela ideia básica do *crowding out*, ou seja, de que era necessária a disciplina fiscal para evitá-lo, eliminando-se os déficits públicos elevados. Embora não houvesse explicitamente a recomendação de redução dos gastos públicos, mas apenas dos déficits, como anotado por Williamson (2004), não há, ao menos nas formulações iniciais, preocupações explícitas com a postura anticíclica da política fiscal ou o papel do gasto na sustentação do crescimento ou, ainda, na melhoria da distribuição da renda. O aumento da eficiência das despesas por meio da focalização nos pobres e a reforma tributária para financiá-las mais adequadamente, via ampliação da base com moderação da incidência, completam as medidas fiscais.

As duas proposições seguintes, a liberalização das taxas de juros e o estabelecimento de uma taxa de câmbio competitiva estiveram cercados de amplas controvérsias por conta dos resultados a elas associados: crises financeiras e de balanço de pagamentos. As primeiras resultaram de expansão excessiva de empréstimos associados a taxas de juros elevadas e as segundas, de desalinhamento e apreciação prolongados da taxa de câmbio e, não raro, estiveram associadas, nas assim chamadas crises gêmeas.

Ao procurar justificar a liberalização de taxas de juros, Williamson (2004), admite que problemas de amplitude, velocidade e supervisão inadequados terminaram por ocasionar os efeitos deletérios observados. No que tange à taxa de câmbio, também admite que a especificação de um regime intermediário entre o fixo e flutuante teria ajudado a mitigar o problema do desalinhamento e volatilidade. Na verdade, essa autocritica não leva em consideração o essencial: o ambiente internacional no qual se propunha as medidas do Consenso era o da globalização financeira, portanto de liberalização financeira no plano doméstico e internacional. Para que os países periféricos conseguissem lidar com a mudança de padrão e levassem adiante reformas exitosas, mesmo nos termos propostos pelo Consenso, teria sido necessário um grau de intervencionismo muito maior do que o admitido por esse último. A literatura que trata do desenvolvimento periférico no contexto da globalização, mesmo a de inspiração ortodoxa dá suporte à citada constatação.

As duas medidas que ancoravam a ampliação da inserção produtiva, a abertura comercial e liberalização do IDE (*inward*), estavam de fato mais de acordo como o novo padrão de organização produtiva, com base no *outsourcing* e a necessidade subjacente de ampliar os coeficientes de comércio e a internacionalização produtiva. Surge, contudo, novamente aqui a constatação de que

elas só produziram resultados relevantes em países nos quais o processo foi comandado pela política industrial.

Como medidas de ordem geral, para reduzir o papel do Estado na formação de preços e ampliar a concorrência, o Consenso sugeria as privatizações, a desregulação, sendo a última entendida, principalmente, como a redução das barreiras à entrada e saída e por fim, mas não por último, a garantia dos direitos de propriedade. Para além daqueles casos nos quais representaram apenas a transferência de patrimônio público para uma oligarquia, as privatizações trouxeram alguns resultados microeconômicos positivos como racionalização e modernização de empresas nos segmentos sujeitos à concorrência. Nos monopólios naturais, os resultados foram dúbios, sobretudo no que tange à transmissão de ganhos de produtividade para preços. Por sua vez, há de levar-se em conta que as privatizações significaram, mormente em países de maior complexidade econômica como o Brasil, a perda de um importante elemento de coordenação e indução do investimento privado.

Medidas de ordem geral como a desregulação ou a ampliação da garantia dos direitos de propriedade são de difícil avaliação. No caso das primeiras, porque se é certo que possam ter ampliado a competição em alguns segmentos não é menos verdadeiro que não interferiram em profundidade no grau de concentração ou monopolização da economia como um todo. No que tange aos direitos de propriedade, deixando de lado aspectos mais gerais, o essencial é considerar o impacto da observância dos princípios da Organização Mundial do Comércio (OMC), na incorporação do progresso técnico. Não há evidências de que o respeito ao monopólio do último, subjacente a tal regulação e expresso, por exemplo, no respeito a patentes e pagamentos de *royalties*, tenha produzido resultados expressivos nos países periféricos.

4 O ressurgimento do desenvolvimentismo

A incapacidade do Consenso de Washington em fundamentar políticas econômicas capazes de engendrar processos de desenvolvimento mais duradouros na América Latina levou a críticas recorrentes de suas concepções e, mais que isso, à derrota prática das coalizões políticas que davam sustentação a sua implementação. Nos anos 2000, na América Latina e no Brasil, assistiu-se à retomada do crescimento econômico associado à melhoria da distribuição da renda, resultantes não só de um contexto internacional benigno, mas de outras práticas de política econômica progressivamente mais distantes do neoliberalismo e do Consenso, dando suporte ao ressurgimento do pensamento desenvolvimentista em alguns países como o Brasil.

O pensamento desenvolvimentista no Brasil de hoje pode ser estruturado em duas grandes vertentes: o social-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo.

Eles têm origens diversas, tanto na academia quanto em práticas de governos e mesmo de partidos, embora o novo-desenvolvimentismo, originário do PSDB e em setores do empresariado, tenha adquirido no passado recente um corpo acadêmico mais definido e com maior número de contribuições. Já, o primeiro identifica-se mais com posturas partidárias e políticas práticas de governo, com enraizamento maior no PT e em seus governos, com peso menor na produção acadêmica.

4.1 O novo-desenvolvimentismo

Essa corrente de pensamento nasce de uma postura crítica às políticas econômicas neoliberais, ao mesmo tempo procurando diferenciar-se do que denomina de velho-desenvolvimentismo. Em relação às primeiras, critica sobretudo a postura da política macroeconômica consubstanciada em altas taxas de juros e moeda apreciada e sua incompatibilidade com o crescimento. Esquece-se de enfatizar, todavia, que este foi um resultado prático, mas não programático do Consenso e deixa, então, de realizar uma crítica mais aprofundada do mesmo. Em simultâneo, postula que o velho-desenvolvimentismo e sua ênfase excessiva no papel do Estado e na política industrial estariam superados. Isso porque a industrialização ter-se-ia completado e o essencial seria garantir preços macroeconômicos adequados, com destaque para a taxa de câmbio competitiva. Em síntese, o desenvolvimento econômico seria conseguido pelo manejo apropriado dos preços relativos – juros, câmbio e salários – por parte do Estado. O mercado faria o resto.

O diagnóstico sobre o nacional-desenvolvimentismo, a despeito de conter elementos importantes, às vezes beira a caricatura². A estratégia de desenvolvimento involucrada nesse último compreenderia a industrialização fundada na proteção à indústria nascente, na qual o Estado teria inclusive uma participação direta nas atividades de maior risco ou densidade de capital e no gerenciamento e formação da poupança compulsória. Bresser-Pereira (2012) chega a sugerir que o Estado foi crucial ao fazer o papel de uma burguesia nacional frágil. Tal ponto é também ressaltado por Sicsú, Paula e Michel (2007) e por Oreiro e Paula (2009), para quem faltou a industrialização por substituição de importações a constituição de um núcleo endógeno de geração de progresso técnico e que tal fato estaria associado ao papel secundário da empresa nacional *vis-à-vis* multinacionais e estatais. A expressão maior seria o atraso relativo da indústria de bens de capital.

A análise dos autores, apesar de apontarem pontos importantes como a fraqueza do departamento de meios de produção e da burguesia nacional, é superficial na medida em que não leva em conta as tentativas do desenvolvimentismo

(2) É o caso, por exemplo, do texto de Oreiro e Paula (2009), no qual se define os objetivos do novo-desenvolvimentismo negando a volta ao velho-desenvolvimentismo associado à ineficiência da substituição de importações, à inflação, ao calote das dívidas e ao descontrole fiscal.

em criá-los, por exemplo, durante o II PND. Em contrapartida, não explica como e por que em países sem tradição empresarial privada forte, como na China, o desenvolvimento avançou. A questão mais precisa é: não podem as empresas públicas substituir a empresa privada nacional? O capital estrangeiro via IDE não pode tornar endógeno o progresso técnico?

A falência do nacional-desenvolvimentismo é atribuída a uma série de fatores. Um deles seria a exaustão do processo de substituição de importações. Isso ocorreria porque o protecionismo generalizado e permanente e a redução da concorrência nele implícita teria limitado a competitividade da indústria, ponto compartilhado por Sicsú, Paula e Michel (2007), Bresser-Pereira (2012), Oreiro e Paula (2009) e como visto, também pela ortodoxia. A ausência de estímulos para a inovação e a baixa escala de produção circunscreveriam a produção industrial ao mercado interno, limitando os ganhos de produtividade.

Dois comentários são necessários a tais teses: em primeiro lugar, o mercado interno constituiu-se em uma importante alavanca para a ampliação das exportações de manufaturados, cujo peso na pauta ampliou-se substancialmente após os anos 1960. Em segundo lugar, o padrão de concorrência capitalista das grandes empresas durante o período compreendia exatamente a busca dos mercados internos protegidos, com menor ênfase nas exportações, ou seja, na terminologia de Dunning as principais motivações do IDE eram o *market seeking* e o *resource based*. A fragmentação das cadeias produtivas, por meio do *global sourcing* e as atividades orientadas exclusivamente para as exportações constituem o padrão de competição pós 1980. Criticar o padrão de industrialização perseguido durante o nacional-desenvolvimentismo com base nesse argumento constitui um anacronismo.

A segunda razão econômica³ proposta por Bresser-Pereira (2012) para o declínio do nacional desenvolvimentismo foi a crise da dívida e as respostas dadas pelos governos da região e do Brasil à mesma. Para o autor, a resposta foi de natureza populista, evadindo o ajuste necessário por meio dos déficits gêmeos. A tese de que haveria um ajuste possível à crise da dívida não encontra respaldo na realidade. Os desequilíbrios introduzidos na economia pela ruptura do financiamento externo não tinham solução possível pelos ajustes de fluxos como mostrado em Carneiro (2002).

Com base em tais críticas ao nacional-desenvolvimentismo Sicsú, Paula e Michel (2007), Oreiro e Paula (2009) e Bresser-Pereira (2012) estabelecem o que seriam os princípios do novo-desenvolvimentismo. Partem da ideia básica de que o

(3) O autor aponta uma série de razões ideológicas que teriam induzido a decadência do nacional-desenvolvimentismo dentre elas, a valorização da teoria da dependência que teria eliminado a mediação nacional da problemática do desenvolvimento, enfatizando a questão social. Assim, a questão distributiva poderá impor-se à do desenvolvimento das forças produtivas, esta última, uma expressão crucial do desenvolvimentismo.

crescimento tem na demanda sua força dinâmica principal. Por meio do manejo das políticas macroeconômicas, o Estado garantiria não só a estabilidade de preços, mas também a macroeconômica, entendida como a sustentação da demanda.

No caso de países subdesenvolvidos, sua insuficiência crônica estaria associada ao crescimento dos salários abaixo da produtividade, por conta do excedente estrutural de força de trabalho, conformando uma insuficiência do consumo e a tendência à sobrevalorização da moeda doméstica, decorrente das rendas diferenciais ricardianas (doença holandesa) e do diferencial de juros, acarretando um crescimento insuficiente das exportações. A apreciação da moeda impediria o crescimento das exportações e o desenvolvimento da base produtiva industrial local. A crítica maior que faz à ortodoxia repousa exatamente na incapacidade desta em lidar com tais questões ou em perceber a incapacidade do mercado em corrigir ou neutralizar tais tendências intrínsecas aos países periféricos.

Na comparação entre o que seria o novo-desenvolvimentismo e o que denomina de velho desenvolvimentismo, Bresser-Pereira (2012) faz várias distinções, esclarecendo os contornos do primeiro. Em primeiro lugar, critica o protecionismo característico do nacional-desenvolvimentismo combinado com a apreciação da moeda que teria levado a um menor crescimento das exportações e menor penetração das importações, ou seja, a uma introversão do crescimento, perda de competitividade etc. Novamente, neste caso, os dados não mostram para o período da industrialização pós 1950 pouca diversificação das exportações. Ademais, a introversão era uma característica do crescimento com base no mercado interno, principalmente nas maiores economias da região.

A defesa do primado do progresso técnico e da inovação invocada pelo novo-desenvolvimentismo não pode ser tomada em abstrato ou como se fosse ausente do velho-desenvolvimentismo. A questão desprezada pelos autores é tanto a do padrão de concorrência vigente no período como também o fato de que, com base nela, internalizaram-se, na economia brasileira, diversos setores produtivos novos, diferenciando a base produtiva e constituindo uma forma radical de progresso técnico.

Quando criticam o que denominam de crescimento introvertido do período nacional-desenvolvimentista, os referidos autores definem novos princípios quanto à inserção externa e à estratégia de crescimento. Assim, propõem a não utilização da poupança externa que, para eles, estaria sintetizada nos déficits em transações correntes e, alternativamente, indicam a prioridade da estratégia exportadora entendida como a centralidade dos mercados externos como indutor do crescimento e a obtenção de saldos em transações correntes.

As propostas acima merecem dois tipos de reparo. Em primeiro lugar, ao longo da moderna história econômica brasileira, entre 1950 e 2010, há apenas

pequenos períodos nos quais houve absorção de recursos reais do exterior, em 1974-79 por conta dos choques do petróleo e 1994-1998, em razão da valorização do real combinado com a rápida e indiscriminada abertura comercial. Nos demais anos, houve déficits em transações correntes variáveis, mas que foram a expressão da conta de renda de capitais e de níveis elevados de endividamento pregressos, os quais não traduziam necessidade de absorção real, mas se deveram às relações financeiras da economia brasileira com o exterior.

As observações acima sugerem que a discussão do papel da poupança externa no desenvolvimento brasileiro deve necessariamente incorporar a conta financeira – movimento bruto de capitais – e não apenas a conta corrente – movimento líquido de capitais. Se fosse por este último, a absorção de poupança externa seria pequena e incapaz de explicar os momentos de alta vulnerabilidade como os ocorridos durante a crise da dívida e no período 1998-2003.

A outra questão já assinalada acima diz respeito à estratégia de crescimento fundada nos mercados externos. Tal estratégia foi muito eficaz nos países asiáticos que possuíam mercados internos limitados e base de recursos naturais pobre. Exportavam manufaturas com taxa de câmbio competitiva, estabelecendo um nexo entre crescimento das exportações e investimento induzido. Ao longo do tempo, foram fazendo o *upgrade* tecnológico das exportações, diferenciando a estrutura produtiva e criando um mercado interno significativo. Neste caminho, exceto nos últimos estágios, a taxa de câmbio desvalorizada era bastante funcional ao crescimento. O mesmo não ocorreu no Brasil. Dada a relevância do mercado interno, a diversificação das exportações decorreria da diferenciação da estrutura produtiva doméstica. Taxas de câmbio mais desvalorizadas tirariam dinamismo do crescimento em razão da perda de salários e queda de consumo. Dado o grau de abertura da economia mais reduzido, isso não seria compensado pelo aumento das exportações líquidas.

A questão enfatizada no último parágrafo é a do papel distinto que o setor externo, o saldo de transações correntes e a taxa de câmbio devem cumprir em economias com diferentes conformações estruturais e trajetórias históricas. Os autores novo-desenvolvimentistas levantam um importante requisito do desenvolvimento no período recente, o maior grau de abertura comercial, porém derivam daí propostas equivocadas. Vale dizer: com a globalização e a respectiva fragmentação de cadeias produtivas, os coeficientes de abertura comercial requeridos para o crescimento, tanto o de exportação quanto o de importação, ampliaram-se. Tal processo, todavia, não acarreta a imperiosidade de geração de saldos comerciais permanentes e, assim, a eleição das exportações líquidas como fonte essencial do crescimento.

No que tange ao papel do Estado, postula-se que a postura de maior intervencionismo por meio da mobilização da poupança e do investimento em setores pesados estaria ultrapassada. Da mesma forma, também estaria superada a política industrial ativa. O essencial seria o caráter regulador do Estado e a gestão macroeconômica com o correto estabelecimento dos preços macroeconômicos – juros e câmbio. Embora se defina como crucial a complementaridade entre estado e mercado, como em Sicsú, Paula e Michel (2007) e Oreiro e Paula (2009), não se define positivamente o que isso significaria. A definição fornecida é se apenas negativa: rejeita-se o estado empresário e o protecionismo.

Na verdade, a defesa do Estado regulador não aprofunda o que é essencial, nos próprios termos propostos por esta corrente, isto é, como ampliar sua capacidade de garantir a concorrência e a transferência dos frutos do progresso técnico aos salários. Tampouco dá conta do papel indutor do Estado, que vai além de sua postura anticíclica e diz respeito à garantia do investimento autônomo. Significa que, para além do aspecto macroeconômico que se traduz no asseguramento da demanda, há um papel crucial do Estado no âmbito microeconômico, por meio da redução do risco, aumento da rentabilidade e viabilização do investimento privado, englobando formas de intervenção variadas inclusive por meio de empresas estatais. Por sua vez, o papel do Estado na melhoria da distribuição da renda é praticamente desconsiderado.

Sugere-se ainda, aliás corretamente, que os déficits públicos permanentes como estímulo da demanda deveriam ser evitados. O equilíbrio fiscal deveria ser perseguido e, da mesma maneira, uma dívida pública pequena e de longo prazo. A falta de uma definição a propósito do primeiro dificulta o entendimento do ponto. Por sua vez, não é razoável postular que uma política fiscal inconsequente tenha sido a marca do velho desenvolvimentismo. O mesmo pode ser dito sobre a ideia de maior complacência com a inflação, pois, na verdade, o patamar de inflação tolerado durante o período era mais alto mesmo em países centrais. Como já assinalado acima, tais afirmações têm por base os desequilíbrios dos anos 1980 durante a crise da dívida que constituíram decorrências inevitáveis da transferência de recursos reais ao exterior para pagamento da dívida.

O ponto anterior fica mais claro no texto de Oreiro e Paula (2009), quando se discute o regime de política macroeconômica. A proposta dos autores faz uma diferença muito marcada entre o gasto corrente e o investimento, porquanto este último teria importância maior para a sustentação do crescimento via estímulo e complementaridade com o investimento privado. Em contrapartida, esquecem-se de dar a ênfase necessária ao gasto corrente e às transferências e a seu papel crucial na redistribuição da renda e, portanto, à aceleração do crescimento via ampliação do multiplicador. A omissão do papel do Estado como elemento crucial na redistribuição da renda é uma constante nesses autores.

Fundado no diagnóstico acima, a principal proposta sugerida na área fiscal é a obtenção permanente da poupança em conta-corrente por parte do Governo, ou seja, as receitas deveriam ser superiores aos gastos correntes mais os juros e a poupança daí resultante, suficiente para financiar o investimento. A proposta, embora contenha elementos interessantes, não define com precisão a postura fiscal, podendo levar a um orçamento permanentemente equilibrado e ao sacrifício de seu caráter anticíclico. A rigor, tudo dependeria de como o investimento seria financiado. Se integral ou parcialmente, pela poupança, em conta-corrente, ou ainda, totalmente pela dívida.

O diagnóstico e as propostas relativos às políticas monetária e cambial, respectivamente o regime de metas para a inflação e o de câmbio flutuante, parecem apropriados. No caso da primeira, destaca-se seu caráter excessivamente rígido responsável por manter a taxa de juros muito elevada, o que estaria com certeza associado à inflexibilidade operacional do BC, também ao fato de não distinguir de maneira apropriada os choques de oferta. Na discussão dos fatores adicionais responsáveis pela elevada taxa de juros, aponta-se a dupla indexação. A ideia de que a indexação financeira eliminaria um canal relevante da política monetária, o efeito riqueza, parece correta. Já, a tese de que a indexação de parcela significativa dos índices de preços pela inflação passada exigiria mais esforço dos juros, só seria verdadeira se e quando o canal principal, o do câmbio, não estivesse operando.

No que tange à política cambial, a associação do patamar da taxa de câmbio com a abertura da conta capital – esquecem-se de acrescentar, do diferencial de juros e também da volatilidade – parece basicamente correta. A discriminação dos setores *tradeables* é uma consequência importante da apreciação, embora aqui as afirmações precisassem ser matizadas. Em primeiro lugar, porque taxas mais desvalorizadas aumentariam o dinamismo dos comercializáveis, mas tirariam dos demais que têm peso elevado no Brasil. Por sua vez, afirmar que os primeiros apresentam retornos crescente de escala e os segundos não, é algo que necessita de comprovação. Por último, usar recursos fiscais para comprar divisas excedentes e administrar a taxa de câmbio teria como requisito taxas de juros mais baixas para não constranger as demais dimensões da política fiscal.

4.2 O social-desenvolvimentismo

As reflexões envolvendo o social-desenvolvimentismo são ainda fragmentadas e com menor inserção acadêmica, tendo resultado em grande medida de debates partidários e políticas de governo. Sua ideia chave é a definição do social como eixo do desenvolvimento, ou seja, propõe-se uma inversão de prioridades relativamente ao velho e ao novo-desenvolvimentismo nos quais o desenvolvimento das forças produtivas era o principal objetivo a alcançar. A despeito de continuar relevante, esse objetivo estaria subordinado à meta de desenvolvimento social, vale

dizer, a direção e intensidade do primeiro estariam subordinadas às prioridades do segundo. Na formulação de Bieslchowsky (2001), a estratégia de crescimento poderia ser sintetizada na ampliação e generalização do consumo de massas.

Sob o ponto de vista dos determinantes do crescimento, a ampliação do consumo de massas fundada na redistribuição da renda seria o fator dinâmico primordial. Esta ideia tem um ponto de partida muito forte que é o reconhecimento da relevância do mercado interno enquanto esteio do crescimento em economias como a brasileira. Por sua vez, propõe uma inversão radical nos determinantes do crescimento ao atribuir um papel chave ao consumo de massas e à redistribuição da renda. Bieslchowsky (2001) postula, na verdade, o que denomina de círculo virtuoso do crescimento a ser obtido por meio de aumento de salários/ampliação de consumo popular/investimentos/aumento de produtividade/aumento de salários. Ademais, como ressaltado pelo autor, o sucesso da estratégia dependeria da criação suficiente de empregos, disponibilidade de recursos fiscais e atenuação da restrição externa.

A questão do emprego seria equacionada em parte pelo perfil de crescimento e, em parte, pelo tipo de gasto público direcionado para maximizar sua ampliação, o que exigiria política fiscal compatível, sobretudo por conta do elevado serviço da dívida no início dos anos 2000. No que tange à restrição externa, a ideia central que presidia estratégia era a de que ela seria mitigada pelo próprio perfil de crescimento, vale dizer, a distribuição da renda e o padrão de consumo daí resultante implicariam menor elasticidade renda das importações. Em contrapartida, a ampliação da base produtiva e os ganhos de produtividade assegurariam a competitividade das exportações.

A rigor, essa estratégia teria de estar ancorada em políticas distributivas permanentes que acarretassem a melhoria progressiva da distribuição funcional da renda, ou seja, os rendimentos do trabalho teriam de aumentar mais rapidamente do que a produtividade. Em segundo lugar, seria crucial a disseminação e ampliação do crédito. Somente a combinação de ambos permitiria superar o caráter subordinado dos segmentos produtores de bens de consumo no capitalismo.

Analiticamente, pode-se postular que o papel dinâmico do consumo de massas para funcionar a contento compreenderia: melhorias autônomas na distribuição funcional e pessoal da renda, por meio da regulação do mercado de trabalho, da política tributária e das políticas sociais, que elevassem a massa de salários e rendimentos do trabalho, o consumo e o multiplicador da renda e, por sua vez, um incremento autônomo da demanda de consumo por meio do acesso facilitado e ampliado ao crédito.

Com tais políticas, poderia ser possível contar com um dinamismo mais prolongado oriundo da ampliação do consumo, sujeito, todavia, a algumas restrições: os ganhos iniciais do multiplicador são muito elevados, como decorrência da prévia

concentração da renda, mas tendem a reduzir-se com o passar do tempo. Há também limites para a melhoria da distribuição funcional e pessoal da renda, que esbarram nas margens de lucro das empresas. Isso significa que, passados os momentos iniciais de redistribuição, esta se tornaria estável com as transferências de ganhos de produtividade aos salários e melhorias adicionais; nos marcos do regime capitalista, só poderiam advir da ação do Estado via tributação e gasto público. Por seu turno, a ampliação do consumo financiado por crédito além da limitação conjuntural da elevada taxa de juros esbarraria no caráter concentrado no tempo da demanda de reposição por bens duráveis.

Dada a elevada concentração da renda observada no Brasil bem como o baixo nível de endividamento das famílias, a estratégia proposta acima pode dinamizar a economia por um período considerável, mas fatalmente perderá impulso com o passar do tempo. Ela, com certeza, terá de ser completada ou secundada por outros eixos dinâmicos, em particular, o do investimento autônomo. A ampliação da infraestrutura e suas cadeias produtivas é uma das fontes dinamizadoras. Há claramente uma demanda reprimida por infraestrutura econômica e social no Brasil e sua ampliação irá constituir-se em elemento autônomo adicional do crescimento em razão das indivisibilidades deste setor – como, aliás, ocorreu nos momentos de aceleração do crescimento durante o nacional-desenvolvimentismo.

Com relação a este eixo de dinamização do investimento autônomo, convém separar a infraestrutura econômica da social e, na primeira, aquela que é rentável do ponto de vista empresarial da que não é. No que tange à primeira, sua ampliação pode ser feita por investimentos privados com apoio do Estado na redução do risco e provimento de financiamento de longo prazo. No que tange à segunda, sua expansão dependerá exclusivamente do aumento do investimento público, ou seja, de recursos fiscais. Assim, um limite à sua ampliação pode ser a disputa por recursos com as políticas sociais. Considere-se ademais que esta última também tem um componente expressivo de infraestrutura e que se distingue dos gastos correntes e das transferências. Tudo isso coloca como relevante a centralidade do papel de coordenação e articulação do Estado e sua capacidade de financiamento.

Os segmentos tratados acima têm como característica a orientação predominante para o mercado interno, configurada em baixos coeficientes exportados e coeficientes de penetração das importações elevados, ou seja, parte deles é deficitário em divisas. Segue-se que o adensamento de cadeias produtivas com aumento das exportações líquidas é um pressuposto necessário da expansão do setor, compatível com um relativo equilíbrio da Conta-Corrente do Balanço de Pagamentos. A restrição externa pode também ser atenuada pela expansão do setor intensivo em recursos naturais e suas cadeias produtivas, tradicionalmente superavitários do ponto de vista de divisas e, no caso brasileiro, muito competitivo.

À luz do que foi discutido e da experiência recente do desenvolvimento brasileiro, a estratégia social-desenvolvimentista compreende quatro eixos distintos e necessariamente complementares, mas que vêm sendo implementados com diferentes graus de prioridade e maturação: i) a melhoria da distribuição da renda; ii) a ampliação da infraestrutura econômica e social; iii) a reindustrialização via adensamento de cadeias; iv) a expansão do setor baseado em recursos naturais. A melhoria da distribuição da renda, por meio de variadas medidas, acompanhada de acesso ampliado ao crédito, possibilitou a rápida ampliação do consumo de massas. A simultaneidade da expressiva elevação dos preços das *commodities* e das exportações líquidas permitiu afastar a restrição externa que poderia advir dessa estratégia de crescimento. A perda de impulso do eixo relativo ao consumo e a reversão do ciclo de preços das *commodities* torna imperioso que se acelere a transição do modelo para sua sustentação prioritária no investimento autônomo.

De acordo com Carneiro (2010), uma estratégia de desenvolvimento em países periféricos ou o social-desenvolvimentismo tem requisitos ou objetivos mais gerais que se impõem para além daqueles relativos ao formato ou combinação das políticas macroeconômicas particulares. Seu requisito mais geral é o primado do papel do Estado como ação política consciente em prol do desenvolvimento e o caráter subordinado do mercado. Por sua vez, o social-desenvolvimentismo tem necessariamente de definir estratégias consistentes para a resolução ou equacionamento de alguns obstáculos característicos do subdesenvolvimento, tais como:

a) a superação da inconversibilidade monetária por meio da regulação da inserção externa da economia brasileira, como forma de ampliar a autonomia da política macroeconômica doméstica e viabilizar a constituição de um sistema de financiamento de longo prazo;

b) a superação do atraso tecnológico por meio da implantação dos setores de alta tecnologia em simultâneo com a constituição de uma rede de empresas nacionais operando em escala global e a construção de uma infraestrutura econômica compatível com esse nível de desenvolvimento;

c) a melhora progressiva da distribuição da renda e a redução da heterogeneidade social por meio de políticas de regulação do mercado de trabalho, políticas sociais distributivas e ampliação da infraestrutura social.

Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, R. *Anotações sobre a estratégia de crescimento pelo mercado interno de consumo popular e o programa do PT para 2003-2006*. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001. Mimeo.

BIRD. *World development report 1991: the challenge of development*. Washington, DC, 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina*. In: DELORME PRADO, Luiz Carlos (Org.); D'AGUIAR, Rosa Freire (Ed.). *Desenvolvimento econômico e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012. p. 37-65.

CARDOSO DE MELLO, J. M.; BELLUZO, L. G. Reflexões sobre a crise atual. In: COUTINHO, R.; BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, L. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Brasiliense, 1982.

_____. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise* (A economia brasileira no último quarto do século XX). São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

_____. O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos. *Observatório da Economia Global*, Campinas, Cecon/IE/Unicamp, n. 4, ago. 2010.

CEPAL. *Estudio económico de América Latina, Capítulo 1*. Santiago: Comisión Económica para América latina, 1949.

COUTINHO, L.; BELLUZZO, L. G. Estado, sistema financeiro e formas de manifestação da crise: 1929/1974. In: COUTINHO, R.; BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, L. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Brasiliense, 1982.

CRUZ, P. D. *Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após guerra*. (1994).

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*, Campinas, ago. 1992.

_____, DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema estado e desenvolvimento. In: COUTINHO, R.; BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, L. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Brasiliense, 1982. v.1, p. 214-228.

OREIRO, L.; e PAULA, L.F. *O novo-desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social*. Associação Keynesiana Brasileira, 2009.

PREBISCH, R. *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago: Cepal, 1949.

SALM, C.; SILVA, L. C. E.. *Industrialização e integração do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1987. (Texto para Discussão, n. 126).

SICSÚ, J, PAULA, L.F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 4, out./dez. 2007.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

_____, BELLUZZO, L. G. Notas sobre o processo de industrialização recente. In: COUTINHO, R.; BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, L. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Brasiliense, 1982.

_____. *Ciclo e crise*. Campinas: Unicamp. IE, 1988. (Coleção 30 anos).

_____, SERRA, J. Além da estagnação. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WILLIANSO, J. *A short history of the Washington Consensus*. Paper commissioned by Fundación CIDOB for a conference. *From the Washington Consensus towards a new Global Governance*, Barcelona, Sept. 24-25, 2004.